

#### **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**PRESIDENTE** 

**GILMAR MENDES** 

CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA

**GILSON DIPP** 

**CONSELHEIROS** 

**IVES GANDRA** 

**MILTON NOBRE** 

**LEONAR BARROS** 

**NELSON TOMAZ BRAGA** 

**PAULO TAMBURINI** 

**WALTER NUNES** 

**MORGANA RICHA** 

JOSÉ ADONIS

**FELIPE LOCKE** 

JEFFERSON KRAVCHYCHYN

JORGE HÉLIO

**MARCELO NOBRE** 

**MARCELO NEVES** 

### O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ E O MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO

O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ É UM ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO COM SEDE EM BRASÍLIA-DF E ATUAÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL, QUE VISA, MEDIANTE AÇÕES DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTROLE ADMINISTRATIVO, A APERFEIÇOAR A PRESTAÇÃO DA JUSTIÇA.

EM LINHAS GERAIS, O TRABALHO DO CONSELHO COMPREENDE PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS JUDICIÁRIAS, MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO JUDICIÁRIO E AMPLIAÇÃO DE ACESSO À JUSTIÇA, PACIFICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL.

é legal



DENTRO DESTE CONTEXTO, EM AGOSTO DE 2006, SURGIU O MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO, SOB O SLOGAN "CONCILIAR É LEGAL".

é legal

FRUTO DA INICIATIVA DOS CONSELHEIROS EDUARDO LORENZONI E GERMANA DE MORAES, DO APOIO DA MINISTRA ELLEN GRACIE, ENTÃO PRESIDENTE DO CONSELHO, E DA UNANIMIDADE DE SEUS INTEGRANTES, O MOVIMENTO FOI CRIADO TENDO COMO OBJETIVOS FUNDAMENTAIS: ALTERAR A CULTURA DE LITIGIOSIDADE QUE SE TORNOU UM ENTRAVE PARA A MODERNIZAÇÃO E CELERIDADE DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO, E PROMOVER A BUSCA DE SOLUÇÕES PARA OS CONFLITOS MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE ACORDOS.

HOJE, JÁ DECORRIDOS MAIS DE TRÊS ANOS DESDE SEU INÍCIO, PODEMOS DEMONSTRAR A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO ATRAVÉS DE SUA TRANSFORMAÇÃO EM PROJETO PERMANENTE, QUE CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRIBUNAIS DO PAÍS.

é legal

## COMISSÃO DE ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Conselheiro Jorge Hélio Chaves

Conselheira Morgana Richa - Presidente

Conselheiro Paulo de Tarso Tamburini

### COMITÊ EXECUTIVO DO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO

Adriana Goulart de Sena, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região Andréa Maciel Pachá, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro André Gomma de Azevedo, do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia Antonio Carlos Cedenho, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Marco Aurélio Buzzi, do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina Marco Falcão Critsinelis, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região Roberto Portugal Bacellar, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

#### **DIVISÃO DOS TRABALHOS**

Manual de Orientação para a Semana da Conciliação Juízes Adriana Senna, André Gomma e Roberto Bacellar

Desenvolvimento dos trabalhos do Grupo Previdenciário e matéria concernente à Justiça Federal

Desembargador Antonio Cedenho

Parcerias Nacionais e Regionais / Estatísticas

Desembargador Marco Aurélio Buzzi

Contato com os Tribunais brasileiros

Juíza Andréa Maciel Pachá

Comunicação Social
Juiz Roberto Bacellar

Formulário de Satisfação do Usuário Juiz André Gomma

> Juizados Especiais Marco Falção

## **CONCILIAÇÃO**

- Cultura do conflito na realidade brasileira
- Comprometimento dos agentes envolvidos Parcerias
- Experiência das semanas de conciliação
- Efetividade na solução do conflito / autocomposição
- Papel do Judiciário estímulo

## RESULTADO FINAL DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM 2006

112.112 audiências designadas 83.987 audiências realizadas 46.493 acordos obtidos

Percentual de sucesso: 55,36%

(Dados coletados do Sistema de Pesquisa – CNJ em 18/12/2006 – 08h30min)

## RESULTADO FINAL DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM 2007

303.638 audiências designadas 227.564 audiências realizadas 96.492 acordos obtidos Percentual de sucesso: 42,40%

R\$ 375 milhões nos acordos

(Dados consolidados pelo CNJ em 30/12/2007)

## RESULTADO FINAL DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO EM 2008

398.012 audiências designadas 305.591 audiências realizadas 135.337 acordos obtidos Percentual de sucesso: 44,3%

R\$ 974 milhões nos acordos

(Dados consolidados pelo CNJ em 05/12/2008)

## RESULTADO FINAL DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO META 2 (2009)

98.292 audiências designadas 69.665 audiências realizadas 25.666 acordos efetuados Percentual de sucesso: 36,8%

R\$ 218 milhões nos acordos

## RESULTADO FINAL DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO META 2 (2009) — POR JUSTIÇA

Tabela 3 – Resultado por Justiça Ramo de Justiça	Audiências Marcadas	Audiências Realizadas	% Audiências Realizadas	Qtde de Acordos Efetuados	% Acordos Efetivados	VIr Acordos Homologados (R\$)	Arrecadações INSS + IR (R\$)
		<u> </u>		1			
Federal	3.118	2.824	91%	1.116	40%	R\$ 38.163.447,25	R\$ 0,00
Trabalho	21.718	21.714	100%	8.121	37%	R\$ 103.394.093,4	R\$ 5.950.265,82
Estadual	73.456	45.127	61%	16.429	36%	R\$ 77.417.796,92	R\$ 207.061,17
Total geral	98.292	69.665	71%	25.666	37%	R\$ 218.975.337,6	R\$ 6.157.326,99
Fonte: Cons	elho Nacional	de Justiça / Di	PJ	1	1	I	l

### QUADRO COMPARATIVO DIA / SEMANA 2006, 2007, 2008 e 2009

	2006	2007	2008	2009
Audiências designadas	112.112	303.638	398.012	98.292
		-1-		
Audiências realizadas	83.987	227.564	305.591	69.665
Acordos efetuados	4 <mark>6.493</mark>	96.492	135.337	25.666

## MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO META 2009

- Estimular os profissionais da área jurídica importância do movimento
- Criar diferencial de ações
- Potencializar os resultados / parcerias
- Superar os resultados anteriores
- Agente fomentador das boas práticas

#### A CONCILIAÇÃO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL

A ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS NO PAÍS

1.TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

O PROJETO DE CONCILIAÇÃO FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 100-14 DE 25 DE MAIO DE 2005, A QUAL NORMATIZOU A AGILIZAÇÃO DOS PROCESSOS DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.

SEGUNDO ESSA RESOLUÇÃO, CUMPRE À DIRETORIA DO FORO DA PRIMEIRA INSTÂNCIA DESIGNAR O GRUPO DE APOIO AO PROJETO, QUE É IMPLEMENTADO E ASSESSORADO PELA PRESIDÊNCIA DO TRF1. NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL (SJDF), O PROJETO CONCILIAÇÃO TEVE INÍCIO EM JULHO DE 2006, PARA TRATAR EXCLUSIVAMENTE DE PROCESSOS RELATIVOS AO SFH.

NESTA SECCIONAL, ELE CONTA COM A COLABORAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO À CONCILIAÇÃO (NAP) — VINCULADO À DIRETORIA DO FORO.

O JUIZ COORDENADOR DO PROJETO DE CONCILIAÇÃO É O DR. REGINALDO MÁRCIO PEREIRA.

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 1ª REGIÃO OPORTUNIZA AO JURISDICIONADO DOIS PROJETOS DE CONCILIAÇÃO: SFH E MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.

NO PROJETO DE CONCILIAÇÃO – SFH NESTE ANO DE 2009 HÁ A PREVISÃO DE AUDIÊNCIAS EM TODOS OS ESTADOS QUE COMPÕEM A 1ª REGIÃO: ACRE, AMAZONAS, AMAPÁ, MINAS GERAIS, PARÁ, RORAIMA, RONDÔNIA, TOCANTINS, BAHIA, DISTRITO FEDERAL, GOIÁS, MARANHÃO, MATO GROSSO E PIAUÍ.

SÃO PROPOSTAS DE ACORDO EM PROCESSOS DE 2º GRAU.

### SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

#### ATÉ O MOMENTO SÃO ESTES OS NÚMEROS:

Quantidade de	Quantidade de	Número de acordos	
processos	audiências realizadas	Miles.	
Encaminhados ao		7	
Projeto			
De C <mark>onciliaç</mark> ão			
<mark>5</mark> 449	3734	1620	

Percentual de acordos: 43,38%

#### MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA

O PROJETO ESTÁ EM PLENO ANDAMENTO E JÁ APRESENTA NÚMEROS EXITOSOS. SÃO PROCESSOS ORIUNDOS DA 1ª INSTÂNCIA FEDERAL E ESTADUAL E QUE POR ESTA CARACTERÍSTICA PROCESSUAL A SECRETARIA EXECUTIVA DE APOIO AO PROJETO DE CONCILIAÇÃO DO TRF EXPEDE MANDADOS DE INTIMAÇÃO COM PROPOSTA DE ACORDO.

é legal

#### **NÚMEROS LEVANTADOS ATÉ O MOMENTO**

#### 17/04/2008 ATÉ 04/08/2009

Mandados de Intimação Expedidos	4.594	
com Proposta de acordo do INSS		
com rroposta de deordo do nass	_	
	· -	
Acordos firmados	2853	
	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	

Percentual de acordos: 62,10%

Obs.: Esse mandado de intimação tem por finalidade conceder à parte 10 (dez) dias para manifestação sobre a proposta de acordo do INSS. O número de acordos cresce diariamente à medida que chegam as respostas.

## 2. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 2ª REGIÃO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

NOS ESTADOS DA SEGUNDA REGIÃO HÁ UM NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO LIGADO À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL.

O NÚCLEO FOI CRIADO EM 2005 PELA RESOLUÇÃO № 18, de 01/07/2005 E ESTÁ SOB A COORDENAÇÃO DA DESEMBARGADORA TÂNIA HEINE.

NO TRF 2R SÃO FEITOS EM MÉDIA TRES CONCILIAÇÕES POR ANO, QUE FUNCIONA DA SEGUINTE MANEIRA: A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL FORNECE UMA LISTAGEM DE PROCESSOS PASSÍVEIS DE CONCILIAÇÃO. O NÚCLEO SOLICITA OS PROCESSOS PARA OS GABINETES, O PESSOAL DA CEF COMPARECE NO NÚCLEO PARA PROCEDER A ANÁLISE E ESCOLHA DOS PROCESSOS QUE IRÃO COMPOR A PAUTA.

NA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2008, DOS 900 PROCESSOS PAUTADOS, 556 RESULTARAM EM ACORDOS PERFAZENDO UMA MÉDIA DE 87%. JÁ NA SEMANA DE CONCILIAÇÃO DE 2009, O PERCENTUAL DE ACORDOS CHEGOU A 90%.

3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 3ª REGIÃO SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL

Conciliar é legal

"Conciliação é a forma mais civilizada e mais ética de se encerrar uma demanda judicial."

Marli Ferreira
Desembargadora Federal - Presidente do TRF3

### DRA. MARLI MARQUES FERREIRA

DESEMBARGADORA, PRESIDENTE DO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
COMPOSIÇÃO DO GABINETE DA CONCILIAÇÃO

COORDENAÇÃO GERAL: DESEMBARGADOR FEDERAL DR. ANTONIO CEDENHO

JUÍZES AUXILIARES: DR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES

**DRA. LEILA PAIVA MORRISON** 

ASSESSOR: DR. WLADIMIR RODRIGUES

# HISTÓRICO DA CONCILIAÇÃO NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3º REGIÃO

- ✓ INÍCIO DO PROGRAMA DE CONCILIÇÃO:
  - EM 2004;
  - ERA UM PROJETO PILOTO;
  - OBJETIVO: CELEBRAR ACORDOS RELATIVOS AO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO
  - RESULTADO OBTIDO: 70% DE ACORDOS
  - ✓ DO ÊXITO DO PROJETO, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL, ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO 258, EM DEZEMBRO DE 2004, IMPLANTOU O PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO.
  - ✓ NA GESTÃO DA PRESIDENTE DO TRF 3, A DOUTORA MARLI FERREIRA, O PROGRAMA TOMOU GRANDE IMPULSO, ESTIMULANDO NÃO APENAS A 2ª INSTÂNCIA, COMO A 1ª INSTÂNCIA.

- ✓ POSTERIORMENTE, PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS FORAM INCLUÍDOS.
- ✓ EM 2008, O TRF 3 JÁ REGISTRAVA MAIS DE 5000 ACORDOS REALIZADOS COM O INSS, TOTALIZANDO MAIS DE R\$ 40 MILHÕES PAGOS EM BENEFÍCIOS.
- ✓ EM 2008, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, POR SUA VEZ, ARRECADOU EM TORNO DE R\$ 42 MILHÕES, REFERENTES CONCILIAÇÕES DE MAIS DE 1900 ACORDOS DE PROCESSOS CONTRA MUTUÁRIOS INADIMPLENTES.
- ✓ ATUALMENTE, MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO DO SISTEMANA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO ESTÃO SENDO REALIZADOS EM TODAS AS SEMANAS, EXCETUANDO A PRIMEIRA SEMANA, DE TODOS OS MESES.

## O GABINETE DE CONCILIAÇÃO DO TRF 3

A INTENSA ROTINA QUE ENVOLVE O PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO DEMANDOU A CRIAÇÃO DE UM ÓRGÃO ESPECÍFICO PARA DESENVOLVER TODAS AS ATIVIDADES PERTINENTES À CONCILIAÇÃO.

ASSIM, O GABINETE DA CONCILIAÇÃO FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 304, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2007 E ASSINADA PELA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3º REGIÃO, DRA. MARLI FERREIRA.

ESTA RESOLUÇÃO TORNOU EFETIVO O QUADRO DE SERVIDORES COM SUAS FUNÇÕES.

## ESTRUTURA DO GABINETE DE CONCILIAÇÃO

- ✓ HOJE, O GABINETE CONTA COM 26 FUNCIONÁRIOS, ENTRE TÉCNICOS E ANALISTAS, 1 ASSESSOR; E ESTÁ SOB A COORDENAÇÃO GERAL DO DESEMBARGADOR FEDERAL DR. ANTÔNIO CEDENHO.
- ✓ COM O AUMENTO NO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS E COM O CONSEQUENTE AUMENTO NA INFRESTRUTURA, DEMANDOU A INSTALAÇÃO DO GABINETE EM UM ANDAR PRÓPRIO, LOCALIZADO EM UM OUTRO PRÉDIO.
- ✓O GABINETE POSSUI TAMBÉM UM ESPAÇO RESERVADO AOS SERVIDORES DO INSS (PROCURADORES, CONTADORESM TÉCNICOS E ANALISTAS) QUE FICAM DEDICADOS ÀS CONCILIAÇÕES DESTE TRIBUNAL.

#### **ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO**

NA JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU SÃO REALIZADAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO TENDO COMO MATÉRIA, EM REGRA, O SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.

NO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO AS AUDIÊNCIAS DOS MUTIRÕES TAMBÉM TRATAM SOBRE MATÉRIA DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO.

NO ENTANTO, ALÉM DAS AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO, OCORREM MUTIRÕES, PORÉM SEM AUDIÊNCIAS PRESENCIAIS, SOBRE AS SEGUINTES MATÉRIAS PREVIDENCIÁRIAS:

- APOSENTADORIA RURAL;
- LOAS;
- INVALIDEZ E
- AUXÍLIO-DOENÇA.

O TRF-3 CONTA COM A PARCERIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E DO INSS.

### **MODELO DE PRESIDIR AUDIÊNCIAS**

## SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO (SFH)

ATUALMENTE SÃO REALIZADOS MUTIRÕES DE CONCILIAÇÃO EM TODA SÃO PAULO E GRANDE SÃO PAULO, MENSALMENTE, COM A DURAÇÃO DE UMA SEMANA.

CADA SEMANA DE MUTIRÃO OCORRE EM LUGARES DIFERENTES, DE ACORDO COM A DEMANDA DE PROCESSOS EXISTENTES, TENDO COMO EXEMPLO OS MUTIRÕES REALIZADOS NAS SEGUINTES CIDADES:

- RIBEIRÃO PRETO SP;
- SÃO JOSÉ DO RIO PRETO SP E
- SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SP.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL FORNECE AO GABINETE DA CONCILIAÇÃO A RELAÇÃO DOS PROCESSOS NOS QUAIS POSSUI INTERESSE EM FAZER ACORDO.

DESTA RELAÇÃO, HAVENDO VOLUME REPRESENTATIVO DE PROCESSOS, UMA DETERMINADA REGIÃO É SELECIONADA E UM PERÍODO É DEFINIDO PARA A REALIZAÇÃO DO MUTIRÃO DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO.

TODAS AS DATAS E REGIÕES DOS MUTIRÕES PARA O REFERIDO ANO SÃO REGULAMENTADAS POR PORTARIAS.

#### PARA CADA PERÍODO DE MUTIRÃO, TEMOS:

RECEBIMENTO DA LISTA DOS PROCESSOS QUE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL APRESENTA INTERESSE EM **REALIZAR** AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. ☐ ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE CADA PROCESSO. REQUISIÇÃO DO PROCESSO, DESPACHO E INTIMAÇÃO DAS PARTES, CIÊNCIA SOBRE DATA/HORA DA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA. ■ MONTAGEM DA PAUTA POR MESA. ENVIO DA PAUTA À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL PARA ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS. ☐ REALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS.

#### **AGENDA**

#### CALENDÁRIO DE CONCILIAÇÃO DO TRF3 PARA O RESTANTE DO 2º SEMESTRE/2009

MÊS	ASSUNTO	ORIGEM DOS PROCESSOS	PERÍODO
OUTUBRO	SFH	GRANDE SÃO PAULO E SANTOS	19 A 23
OUTUBRO	SFH	GRANDE SÃO PAULO E SANTOS	26 A 29
OUTUBRO	SFH	CAMPINAS	26 A 29
NOVEMB <mark>R</mark> O	SFH	GRANDE SÃO PAULO E SANTOS	09 A 13
NOVEMBRO	SFH	GRANDE SÃO PAULO E SANTOS	- 18 A 19
NOVEMBRO	SFH	GRANDE SÃO PAULO E SANTOS	23 A 27

## MODELO DE CONCILIAÇÃO PARA PROCESSOS DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)

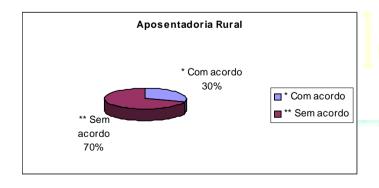
- O GABINETE DA CONCILIAÇÃO SOLICITA PROCESSOS AOS GABINETES DOS RELATORES, DENTRE AS MATÉRIAS TRATADAS CITADAS ANTERIORMENTE, PARA QUE O INSS ANALISE E AVALIE A POSSIBILIDADE DE PROPOR ACORDO:
- APOSENTADORIA RURAL;
- LOAS;
- INVALIDEZ E
- AUXÍLIO-DOENÇA.
- ☐ O INSS INFORMA QUAIS PROCESSOS TÊM POSSIBILIDADE DE CONCILIAÇÃO E, EM SEGUIDA, ELABORA A PROPOSTA DE ACORDO.

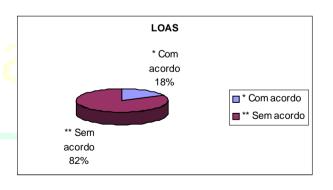
☐ ENVIO DA PROPOSTA, POR CORREIO, AO AUTOR E **SEU PATRONO.** □ ANÁLISE DA RESPOSTA DADA À PROPOSTA. ☐ HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO, SE ACEITO. ☐ EM CASO DE RECUSA, DEVOLVE-SE O PROCESSO **AO RELATOR** □ PUBLICAÇÃO. □ ENVIO A TURMA PARA CUMPRIMENTO DE DESPACHO.

### ESTATÍSTICA DO GABINETE DA CONCILIAÇÃO

### SISTEMA PREVIDENCIÁRIO – ACUMULADO 2008

Benefício	*ACORDO	**sem acordo	Total
Aposentad <mark>oria Ru</mark> ral	2602	6121	8723
LOAS	903	4113	5016
Total Geral	3505	10234	13739





### ESTATÍSTICA DO GABINETE DA CONCILIAÇÃO

### SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO TOTAL ACUMULADO 2008

Benefício	* Com acordo	** Sem acordo	Total
SFH	1284	546	1830
Total Geral	1284	546	1830



### SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

EM DEZEMBRO DE 2008, REALIZAMOS NO ESTÁDIO DO PACAEMBU, O ENCONTRO DOS TRÊS MAIORES TRIBUNAIS DO PAÍS: O TRIBUNAL REGIONAL DA 3ª REGIÃO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO E O TRIBUNAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, POR OCASIÃO DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO PROPOSTA PELO CNJ.

ALCANÇAMOS NÚMEROS EXPRESSIVOS EM TODA JURISDIÇÃO DA 3º REGIÃO.

A SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO FOI REALIZADA COM A PARTICIPAÇÃO TAMBÉM DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL.

## ESTATÍSTICA DA SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO

### 01/12/2008 à 05/12/2008

	DESIG- NADAS	REALIZA -DAS	C/ ACORDO	S/ ACOR- DO	OUTROS	R\$ ARREC.	PESSOAS ATENDIDAS
1ª INS.	1929	1269	539	426	3 <mark>6</mark> 8	7.8 <mark>47.</mark> 940,67	2343
2ª INS	608	597	496	61	49	<mark>8.36</mark> 6.626,70	633
JUIZADOS SP/MS	4143	3536	2034	1285	815	9.316.864,17	2899
TOTAL	6680	5402	3069	1772	1232	25.531.431,54	5875

## **CONCLUSÃO**

VERIFICA-SE DIANTE DE TODO O EXPOSTO, A EFETIVIDADE DO PROGRAMA DE CONCILIAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 3ª REGIÃO. E CONCLUÍMOS QUE A CONCILIAÇÃO NÃO É SOMENTE UMA GRANDE FERRAMENTA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA RAPIDEZ E EFICÁCIA NA SOLUÇÃO DE LITÍGIOS. MAS É TAMBÉM, UM IMPORTANTE INSTRUMENTO NA PROMOÇÃO DA PAZ SOCIAL, NA MEDIDA EM QUE PROMOVE E ESTIMULA A CULTURA DO DIÁLOGO.

## 

## SISTEMA CONCILIAÇÃO Tribunal Regional Federal da 4ª Região

COORDENADOR-GERAL: DESEMBARGADOR FEDERAL ÁLVARO EDUARDO JUNQUEIRA

COORDENADOR-REGIONAL RS: Juiz Federal Jurandi Borges Pinheiro

COORDENADOR-REGIONAL SC: Juiz Federal João Batista Lazzari

COORDENADOR-REGIONAL PR: Juiz Federal José Antônio Savaris

## EXEMPLO DE SISTEMA DE CONCILIAÇÃO – SISTCON – PR SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

- PANORAMA INSTITUCIONAL
- 1.1 Função: A Central de Conciliação atua como meio viabilizador da pacificação social a ser alcançada pela auto-composição dos litígios de competência da Justiça Federal, oferecendo à sociedade acesso à Justiça e proporcionando a solução de conflitos com rapidez, qualidade e eficácia, observando os princípios ético-jurídicos e pautando sua atuação pelo fortalecimento da cultura da conciliação, pluralização da participação dos servidores e magistrados neste propósito, intercâmbio de idéias e experiências, informalidade, celeridade e humanização das relações processuais.
- 1.2. Localização: Edifício Bagé, 12º andar.

- 1.3. Estrutura: A Central de Conciliação está estruturada em quatro ambientes distintos, distribuídos no mesmo andar:
- a) uma sala de espera para as partes aguardarem a realização das audiências;
  - b) uma sala para a realização das audiências de Conciliação, composta por 5 mesas equipadas e um espaço destinado aos procuradores dos órgãos parceiros da conciliação (CEF, Itaú/Banestado, INSS, Conselhos Profissionais, etc....) equipado com mesa, microcomputador e telefone;
- c) Gabine<mark>te do magistrado Coordenador do Sistco</mark>n, atualmente utilizado pela magistrada designada para o SICOPP;
- d) Uma sala destinada aos servidores da Central de Conciliação atualmente são quatro servidores, dos quais um é o Supervisor, e outro Supervisor-assistente e três estagiários. O Sistema de Conciliação possui, atualmente oito conciliadores designados para a realização das audiências de conciliação.

- 1.4. Regulamentação: A Central de Conciliação possui duas Portarias nº 01 e nº 02, que regulamentam o funcionamento do SICOPP.
- 1.5. Serviços: A Central de Conciliação tem se mantido em comunicação constante com as Varas Federais no intuito de compartilhar experiências, centralizar e organizar mutirões, realizar intimações e comunicações (v.g. Correio Híbrido), assim como intervir junto aos órgãos, empresas e autarquias para viabilizar a concretização dos projetos conciliatórios.

é legal

#### 2. Projetos para o 2º semestre/2009

A Central de Conciliação, sem descurar dos projetos em andamento, como os mutirões nos processos previdenciários e relativos ao Sistema Financeiro da Habitação, atuará para aprimorar e incrementar o índice de sucesso do Sistema de Conciliação Pré-Processual — SICOPP e das conciliações no âmbito das execuções fiscais já propostas pelos Conselhos Profissionais e, principalmente, tendo em vista a perspectiva de milhares de execuções na iminência de serem ajuizadas para cobrança de valores devidos ao DNIT e IBAMA.

#### 2.1. Sistema de Conciliação Pré-Processual - SICOPP:

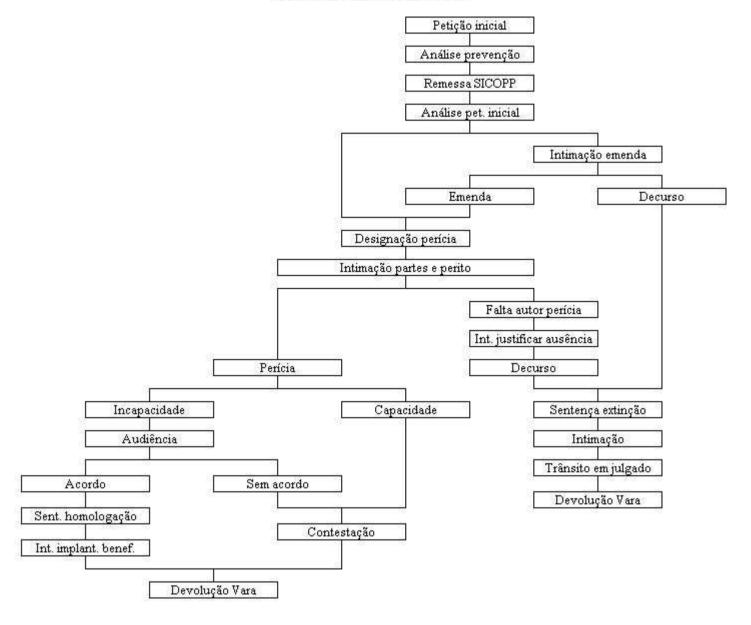
Recentemente a Central de Conciliação implantou o SICOPP – Sistema de Conciliação Pré-Processual, o qual envolve processos de Benefício por Incapacidade das quatro Varas dos Juizados Especiais Federais de Curitiba.

- Na dinâmica do projeto, os processos de Benefício por Incapacidade são distribuídos às Varas dos Juizados e as mesmas verificam a prevenção. Nos casos em que todos os requisitos foram cumpridos, os processos são encaminhados à Central de Conciliação.
  - Na Central de Conciliação são feitas a análise da petição inicial e a identificação da especialidade do perito. Em seguida, os processos são encaminhados à Seção de Apoio às Perícias Judiciais, visando a marcação das perícias e as intimações necessárias.
- Enquanto aguardam a realização das perícias os processos permanecem na Central de Conciliação, a qual fica encarregada de fazer o controle dos eventos que ocorrerem neste período.
- Após a perícia, nos casos em que o laudo indica a capacidade, é realizada a intimação das partes, a anexação contestação padrão do INSS e posterior remessa dos processos às Varas de origem.
- Nas situações em que os laudos indicam a incapacidade, os servidores da Central de Conciliação verificam se os autores possuem a qualidade de segurado, para posterior agendamento das audiências de conciliação. As audiências são agendadas, no máximo, uma semana após a apresentação do laudo pelo perito, de acordo com a disponibilidade da pauta.

- Nos casos em que a perícia é realizada no prédio da Justiça, a marcação da data de audiência é realizada no mesmo dia, sendo a parte autora já intimada logo após a realização da perícia.
- Nos demais processos em que as perícias são realizadas fora do prédio da Justiça, os advogados são intimados por e-mail e as partes são intimadas por telefone.
- Em média, a cada semana, são realizadas 100 audiências. As audiências são realizadas no Edifício Bagé, no 12 º andar, na sala de audiências da Central de Conciliação, ocorrendo em duas ou três mesas simultâneas, normalmente nas segundas, quartas e quintas-feiras. De regra, as perícias realizadas em uma semana têm a audiência designada para a semana seguinte. Após a realização das audiências são efetuadas as intimações necessárias e os processos são devolvidos às varas de origem.

Abaixo segue fluxograma do SICOPP, apresentando as várias etapas do andamento processual:

#### FLUXOGRAMA SICOPP



- Conciliação em feitos relacionados ao Sistema Financeiro de Habitação: são realizados mutirões mensais, envolvendo processos da Caixa Econômica, do Itaú/Banestado, Cohab. Até o presente momento foram realizados mutirões nos meses de abril e junho e julho. Com relação aos próximos mutirões, já está agendado para o período de 21 à 25/09. Segundo informações da Vara, é provável que ainda este ano sejam realizados outros mutirões em datas a serem posteriormente definidas.
- Conciliação no âmbito das Turmas Recursais: mutirões envolvendo ações previdenciárias, na esteira dos mutirões realizados em Umuarama, com resultado de 97% de acordos e em Paranavaí, com 98% de acordos. Pretende-se realizar mutirões de conciliação em matéria previdenciária em outras subseções do interior e em Curitiba, a depender de contato com o INSS, que verifica, de sua parte, as possibilidades/conveniência de prosseguimento do projeto.

- Conciliações em processos visando correções de conta-poupança: retomar as tratativas com a Caixa Econômica Federal, visando o agendamento de mutirões em processos envolvendo as correções de conta de poupança. As dificuldades atuais consistem na distância de pretensão dos autores e as propostas da entidade financeira, distância esta consubstanciada na aplicação da Súmula 37 do TRF4 Região como critério de correção monetária das diferenças consensualmente entendidas como devidas.
- Conciliações nos processos em trâmite perante o TRF da 4ª Região: análise da viabilidade e implantação do sistema de conciliação junto aos feitos em trâmite perante o TRF da 4ª Região. Em relação às ações previdenciárias, o programa iria ao encontro do G-PREV, grupo de conciliação vinculado ao CNJ que busca estreitar as relações institucionais entre Poder Judiciário e o Ministério da Previdência Social e Procuradoria Geral do INSS.

- 2.2.2 Juizados Especiais Federais e Varas Federais das Subseções Judiciárias do interior do Estado
- Fácil perceber, após estes anos de atuação do SISTCON, notável avanço na administração da justiça e no aprimoramento da cultura da conciliação como técnica de composição de litígios judiciais nos processos em tramitação nas subseções judiciárias do interior.
- De modo geral, o SISTCON-PR se propõe a realizar a aproximação institucional indispensável e, na medida em que se faz necessário, empresta apoio, compartilha experiência e auxilia materialmente nas iniciativas dos magistrados federais.
- Para o segundo semestre do ano de 2009, a realização de audiências de conciliação com o apoio efetivo da Central de Conciliação alcançará as seguintes varas federais:

SUBSEÇÃO	VARA	MUTIRÃO EM:	
Campo Mourão	Vara Única	JEF, Exec. Fiscal e SFH	
Cascavel	1ª Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	
	2ª Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	
Foz do Iguaçu	1ª Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	
	2ª Vara Federal	JEF Prev., SFH e Exec. Fiscal	
Francisco Beltrão	Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	
Londrina	1ª Vara Federal	SFH	
	2ª Vara Federal	SFH	
	3ª Vara Federal	SFH	
	ver é le	Exec. Fiscal	
Maringá	Vara de Exec. Fiscais	Exec. Fiscal	
Paranavaí Vara Única		JEF, Exec. Fiscal e SFH	
Toledo	Vara Única	JEF, Exec. Fiscal e SFH	
Umuarama	1ª Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	
	2ª Vara Federal	SFH e Exec. Fiscal	

Para além disso, em algumas subseções judiciárias do interior existe, em sua essência, um planejamento de expansão do movimento conciliatório, como se pode citar, a título exemplificativo, as atividades programadas em Foz do Iguaçu e Maringá em execuções fiscais e processos relativos a ações previdenciárias, Sistema Financeiro da habitação, ações monitórias da Caixa Econômica Federal, entre outras.

- Dr. JOSÉ ANTONIO SAVARIS – Juiz Federal Coordenador do SISTCON/SJPR

- Dr. ANDERSON FURLAN FREIRE DA SILVA - Juiz Federal

- Cláudia Ap. Plantes Nascimento – Supervisora da Central de Conciliação



- ✓ O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) está oferecendo um novo serviço às partes e aos advogados.
  - Por meio da Consulta Processual Unificada disponível no Portal do tribunal ( http://www.trf4.jus.br ), poderá ser verificada a possibilidade de conciliação.
- O serviço é válido não só para processos em trâmite no TRF, mas também naqueles que tramitam na Justiça Federal do RS, PR e SC, em todas as matérias, com exceção de processos criminais.
  - Como proceder:
- Na página principal do Portal do TRF4 encontra-se a Consulta Processual Unificada, onde pode ser pesquisado o andamento do processo.

5. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 5<sup>a</sup> REGIÃO

# Conciliar é legal

### 5. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 5ª REGIÃO

ALAGOAS	CEARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	RIO GRANDE DO NORTE	SERGIPE
•MACEIÓ •ARAPIRACA •UNIÃO DOS PALMARES	•FORTALEZA •JUAZEIRO •LIMOEIRO DO NORTE •SOBRAL	•JOÃO PESSOA •CAMPINA GRANDE •SOUSA	•RECIFE •PETROLINA •CARUARU •SERRA TALHADA •SALGUEIRO •GARANHUNS	•NATAL •MOSSORÓ •CAICÓ	•ARACAJU •ESTÂNCIA •ITABAIANA

#### 5. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL – 5ª REGIÃO

### **ORGANIZAÇÃO**

- Coordenador pelo Programa de Conciliação: Excelentíssimo Senhor
   Desembargador Federal do TRF da 5ª Região Doutor Marcelo Navarro, auxiliado pelos
   Coordenadores Seccionais dos JEFs.
- Programa é descentralizado
- Já possuíram estrutura de conciliação e a atual administração pretende retomar as atividades.
- NÚMEROS EM 2007 // 2008:

Audiências realizadas: 2.243 // 4.688 (+ 109 %)

Acordos homologados: 1.170 // 2.395 (+ 104,7 %)

Total dos acordos: R\$ 6.140.374,68 // R\$ 15.989.742,52 (+ 160,4 %)

